

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/3/2011

Às 11h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 234 e 235/2011. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, o Presidente da Cemig, o Presidente da Gasmig e o Presidente da Codemig, para que sejam apresentados os planos e programas dessas instituições para os setores energético e minerário no Estado; Antônio Júlio em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o atual processo de licenciamento ambiental da Mina Capão Xavier, de responsabilidade da Minerações Brasileiras Reunidas - MBR -, cujo procedimento administrativo anterior foi anulado por decisão da Justiça Federal; Carlos Henrique em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a dívida de R\$4.000.000.000,00 da Vale para com o Estado e os Municípios; Dalmo Ribeiro Silva (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir: no Município de Itamonte, os impactos causados pelas enchentes nos Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Carvalhos, Conceição do Rio Verde, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, Seritinga, Serranos, Três Corações e Varginha; no Município de Santa Rita do Sapucaí, os impactos causados pelas enchentes nos Municípios de Careaçú, Itajubá, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e São Sebastião da Bela Vista; e, no Município de Caldas, o lixo nuclear no Sul de Minas; e seja realizada visita conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Município de Caldas para verificar a situação do lixo nuclear produzido nesse Município e suas consequências para a comunidade e toda a região; e Luiz Henrique em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir e acompanhar as ações sobre a exploração de gás natural na Bacia do Rio São Francisco no Estado. A Presidência recebe, para posterior apreciação, os requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Pompílio Canavez em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Municipais para debater e obter esclarecimentos sobre a segurança das redes de energia da Cemig nos Municípios mineiros; Carlos Henrique em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para averiguar a extração de minério de ferro e as ocorrências provocadas pelas atividades da empresa Anglo Ferrous do Brasil ao longo da



Serra da Ferrugem; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater e obter esclarecimentos sobre o programa Energia do Bem, da Cemig. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2011.

Tiago Ulisses, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Carlos Henrique.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/4/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 53/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações detalhadas sobre as ações implementadas para a revitalização e modernização bem como para a atualização metodológica e pedagógica da referida Fundação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727, de 13/8/2008, e sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Prosseguimento da discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Doutor Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff - FHA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP- MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unaí, o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei nº 213/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10
HORAS DO DIA 12/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 319/2011, do Deputado Célio Moreira; 350 e 357/2011, do Deputado Fred Costa; 373 e 382/2011, do Deputado Célio Moreira; 508/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 627/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projeto de Resolução n° 279/2011, do Deputado Paulo Guedes; Projetos de Lei n°s 10, 106 e 114/2011, do Deputado Elismar Prado; 188/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 8, 14 e 16/2011, do Deputado Elismar Prado; 28/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 62/2011, do Deputado Fred Costa; 98/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 100 e 101/2011, do Deputado Elismar Prado; 104/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 108, 111, 113, 124, 159 e 166/2011, do Deputado Elismar Prado; 173/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 179/2011, do Deputado Rogério Correia; 182 e 186/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 242/2011, do Deputado Elismar Prado; 303/2011, da Deputada Liza Prado; 353/2011, do Deputado Fred Costa; 367, 368 e 369/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 377/2011, do Deputado Célio Moreira; 386, 389, 394, 400 e 401/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 425/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 449, 452, 453, 460, 467, 471, 487, 496, 500 e 514/2011, do Deputado Duarte Bechir; 519/2011, do Deputado Mauri Torres; 523/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 535/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 540, 541 e 542/2011, do Governador do Estado; 568/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 577 e 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella; 594/2011, do Governador do Estado; 599/2011, do Deputado Arlen Santiago; 602 e 603/2011, do Deputado Arlen Santiago; 612, 614, 625 e 628/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 821/2011, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E
DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, a prestação dos serviços de telefonia móvel nos pequenos Municípios do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS
DO DIA 12/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 12/4/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 438/2011, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 244/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 247 e 248/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 255/2011, do Deputado Carlin Moura; 269 e 270/2011, da Deputada Rosângela Reis; 273/2011, do Deputado Duílio de Castro; 294/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 296 e 297/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 300 e 301/2011, do Deputado Carlin Moura; 305/2011, do Deputado João Vítor Xavier; 329/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 332/2011, do Deputado Bruno Siqueira; 356/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 358/2011, do Deputado Célio Moreira; e 368/2011, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, as políticas de financiamentos e incentivo ao esporte em Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 12/4/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei n.º 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica, e dos Projetos de Lei n.ºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei n.º 1.654, de 26/9/57, 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei n.º 18.682, de 28/12/2009 e dá outras providências, e 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que



autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sintrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2011, às 10 horas, na Câmara Municipal de João Monlevade, com a finalidade de debater o cronograma e o projeto da duplicação da BR-381 em trecho próximo a esse Município e os impactos causados na região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Dicursos Proferidos em 6/4/2011

O Deputado Gustavo Corrêa - Boa tarde a todos. Caro Presidente, Deputado José Henrique, prezadas colegas Deputadas, prezados colegas Deputados, telespectadores da TV Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. Hoje subo a esta tribuna pela primeira vez nesta 17ª Legislatura. O assunto que me traz aqui tem sido noticiado, na última semana, em nossos meios de comunicação e diz respeito às obras da Copa do Mundo de 2014.

Inicialmente, porém, não poderia deixar de agradecer aos quase 86 mil eleitores mineiros que acreditaram e continuam acreditando nas minhas propostas. Aqui, de público, quero reafirmar todos os compromissos que fiz ao longo da última campanha eleitoral, oportunidade em que prometi, sobretudo aos mineiros, lutar junto ao governo do Estado e ao governo federal para proporcionar a todos os que vivem aqui uma qualidade de vida melhor, a fim de que as futuras gerações possam orgulhar-se do Estado em que vivemos.

Coincidência ou não, quando eu disse que trataria aqui do assunto Copa do Mundo, soube que, nesta data, o Senador Aécio Neves também vai utilizar a tribuna, no Senado Federal, exatamente para propor algumas ações que julga necessárias para que o Brasil reencontre o caminho do crescimento, do progresso e do desenvolvimento. E hoje, meu caro Deputado Rômulo Viegas, faz 96 dias que Dilma Rousseff assumiu o cargo de Presidente da República. O que mais me preocupa, independentemente dos índices de popularidade da Presidente Dilma que o noticiário nacional veiculou, é a decepção que ela tem causado em parte da população brasileira.

Desculpem-me se a palavra que utilizarei agora for um pouco forte, mas o que temos visto é um verdadeiro estelionato eleitoral cometido nas últimas eleições. Naquela época, meu caro Deputado Sebastião Costa, quando a então candidata Dilma debatia suas propostas e ideias com o então candidato José Serra, ela prometia que não haveria cortes no Orçamento, que os programas e ações sociais continuariam e, mais que isso, que haveria novos investimentos e uma ampliação cada vez maior. Mas o que temos visto, meu caro Deputado Jayro Lessa, é exatamente o oposto do que foi proposto nas eleições de 2010. Exemplo claro disso é o programa Minha Casa, Minha Vida, que a Presidente Dilma dizia que funcionava muito bem e que visava atender à população mais carente do nosso país. O que temos visto hoje é exatamente o contrário: obras paralisadas e a burocracia desvinculante da Caixa Econômica Federal. O programa e as obras estão aí, e a população brasileira está a mercê das promessas eleitoreiras feitas pela Presidente Dilma.

Como todos os brasileiros, e eu não seria irresponsável, desejo e espero que a Presidente Dilma cumpra suas promessas de campanha. Eu, como todos os que aqui estão, como o Deputado Bonifácio Mourão, a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Inácio Franco, queremos ver um Brasil melhor, um Brasil pujante, um Brasil que esteja no caminho do progresso e do desenvolvimento, não um Brasil - já que falarei das obras relacionadas à Copa do Mundo - onde determinados Ministérios têm-se utilizado de suas ações para beneficiar seus apadrinhados políticos, conforme tenho acompanhado pelos jornais. O ex-Governador e hoje Senador Aécio Neves tem toda razão - e me perdoem os que defendem a Presidente Dilma - em criticar a criação de mais um Ministério entre os trinta e tantos já criados. Nem mais sabemos quantos são, pois ontem mesmo soube da criação de uma nova secretaria com "status" de Ministério. Não sei quantos Ministérios ainda serão criados para acolher grande parte dos seus aliados e afilhados políticos.

E a Copa do Mundo, meus amigos, um evento que, sem dúvida alguma, representará o Brasil pré-Copa e o Brasil pós-Copa? Seria uma chance de todos que vivem neste país verem a cidade se desenvolvendo, as obras se concretizando. Mas, infelizmente, meu caro Deputado João Leite, não conseguimos ver essas ações serem implementadas. E a Fifa, assim como a CBF, reconheceram na última semana que somos o Estado que tem suas obras e ações em estágio mais avançado, e sou testemunha disso.

Meu caro Deputado Rômulo Viegas, vou-lhe conceder aparte, mas peço apenas um minuto.

Sinto-me preocupado por outro lado. A Copa se aproxima. O Presidente Lula, em janeiro de 2010, quando foi lançado o PAC da Copa, dizia claramente que não poderia emperrar a burocracia que existia no governo federal, que os órgãos de licenciamento ambiental teriam de ser solidários com os Estados e os Municípios e que a Caixa Econômica Federal e o BNDES teriam de empenhar-



se para liberar os recursos. E o que temos visto é exatamente o contrário. O Presidente Lula dizia que a Copa tem data de início e data de fim e que não poderíamos esperar.

Já lhe concederei aparte, Deputado Rômulo.

Exemplo claro são as obras do Independência. Não faço crítica alguma a Ministro ou a Secretário Executivo, mas, há exatos três anos, o Ministério do Esporte assinou convênio e se comprometeu com o governo do Estado a alocar R\$33.000.000,00 para as obras do Estádio Independência. Até hoje, dia 6 de abril, foram repassados apenas R\$2.000.000,00.

Em compensação, para o programa Segundo Tempo, destinou R\$30.000.000,00 para entidades e organizações de afiliados políticos ao PCdoB. Que o Deputado Carlin Moura me desculpe, mas concederei aparte ao Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Caro Deputado Gustavo Corrêa, parabeno-o pela iniciativa deste pronunciamento. V. Exa., que foi da equipe de governo do Aécio Neves e fez um trabalho muito competente na Secretaria de Estado de Esportes, vem registrar de público seu posicionamento na equipe do nosso governo, do mais querido de todos, o Senador Aécio Neves. Agora, nós o tratamos de “o mais querido”. Agora, o Senador Aécio Neves é o mais querido por todos nós no Parlamento mineiro e pela grande maioria dos nossos mineiros.

V. Exa. fala com muita propriedade da preocupação com os gastos necessários para a Copa de 2014. Fiz uma reflexão interessante. De forma muito cruel e preocupante, até externando sentimentos raivosos, disseram que Fernando Henrique deixou para o Presidente Lula uma herança maldita. Ao contrário, afirmamos que deixamos o Plano Real, que conseguiu estabilizar a economia, do qual eles estão usufruindo. Aí sim, houve um estelionato eleitoral, pois apropriaram-se de um programa do PSDB e estão com ele até hoje.

O mais interessante é o seguinte: não seriam uma herança maldita os restos a pagar que o governo Lula deixou para a Presidente Dilma? Não seriam uma herança maldita os gastos excessivos com os cartões corporativos denunciados pela mídia? É de assustar - depois traremos os números -, pois esses gastos poderiam estar ajudando em programas como Minha Casa, Minha Vida e Segundo Tempo. Enfim, vale a pena discutir o que é uma herança maldita ao se passar de um governo para outro. Como estão as contas? Onde estão sendo aplicados os recursos? E o que vem por aí: a situação dos aeroportos, das nossas estradas, as condições de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo. Alguém já disse que o Brasil está pensando que a Copa será mais para frente, mas temos certeza de que nossos pronunciamentos e a voz do Senador Aécio Neves em Brasília poderão acordar alguns Ministros e, quem sabe, a equipe econômica do governo federal, para aportar mais recursos para a realização dessas obras. Parabéns pelo seu pronunciamento. Obrigado.

O Deputado Gustavo Corrêa - Obrigado. Minha preocupação é justamente essa que V. Exa. transmitiu. Por um lado, vemos o governo federal dizer que não tem condições de cumprir os compromissos feitos em 2010, as emendas parlamentares contingenciadas, o governo suspendendo os programas e as ações prometidas na campanha de 2010. Por outro lado, vimos um cartão corporativo com o qual nunca se gastou tanto quanto no último mês; vemos também a criação de novos ministérios, como nunca houve; e a Copa do Mundo, que é um evento que divulgará o País e trará desenvolvimento, sendo colocada em segundo plano.

Com todo respeito que a Presidente Dilma merece - ela, que durante a campanha se dizia mineira de coração, mas que teve sua experiência pública e política no Estado do Rio Grande do Sul -, espero que comece a olhar com mais carinho para os mineiros. Exemplo claro seria a liberação dos recursos para o nosso metrô, com o qual todos os belo-horizontinos sonham.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado. V. Exa. faz um pronunciamento histórico, pois coloca no verdadeiro patamar a situação do Brasil para a próxima Copa do Mundo. É preocupante. Apesar de V. Exa. dominar a matéria, Minas Gerais está fazendo o dever de casa bem planejado, e estaremos em condições de abrigar a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, mas essa não é a realidade do Brasil.

É impossível - aliás, hoje os jornais falam sobre esse assunto - que o chamado trem-bala saia da estação. Ele permanecerá onde está. Enquanto isso, percebemos que a Oposição ao governo do Estado não diz nenhuma palavra sobre a situação do Brasil. Estamos perdendo a Petrobras, a Fiat, as estradas estão em uma situação terrível, as obras do PAC estão penalizando os trabalhadores brasileiros, o Brasil está parado e, durante todo o tempo, a Oposição nesta Casa só fala do mais querido, do Senador Aécio Neves. A informação é que hoje há uma delegação da Oposição em Brasília para ouvir o mais querido. Não pudemos ir porque tínhamos de ficar aqui trabalhando. Entretanto, uma parte foi para o “tête-à-tête”, para ver face a face o mais querido falando.

Não podemos pedir ajuda a Freud, mas meu psiquiatra preferido chama-se Hely Tarquínio. Só Tarquínio explica esse amor da Oposição pelo mais querido, pelo Senador Aécio Neves. Deixar Minas Gerais para viajar até Brasília a fim de assistir ao discurso do Senador Aécio Neves é demais, Deputado Gustavo Corrêa. Temos aqui a honrosa presença da Oposição na pessoa do nosso líder social e das crianças, por quem temos grande admiração, o meu amigo Deputado André Quintão, e o Deputado Carlin Moura, que está pronto para defender a falta das obras para a Copa do Mundo, e o filho do nobre e inesquecível Deputado Lúcio Souza Cruz, que também está presente e ontem, ao falar do nosso governo, o chamou de andrógino. A minha mãe perguntou: “João, andrógino é bom?”. Disse: é bom, mãe, andrógino é coisa boa. Se o filho do Deputado Lúcio Souza Cruz disse que é bom, então é bom, mãe.

Parabéns ao Deputado Gustavo Corrêa. Vamos aguardar a volta da Oposição para saber o que ela percebeu no discurso do mais querido, o Senador Aécio Neves. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Corrêa - Vou concluir, Sr. Presidente, apenas complementando as palavras do Deputado João Leite. Espero que a Oposição, da mesma forma que o mais querido vai propor hoje, proponha medidas e ações para que o País reencontre o caminho do crescimento. Tenho certeza de que a Oposição ao governo do Estado estará aqui para continuar, como tenho feito nos últimos anos, vendo e aplaudindo as ações que o governo do Estado de Minas Gerais vem fomentando. Não há nenhuma dúvida, meu caro amigo Deputado Fred Costa, de que Minas Gerais é o Estado que mais cresceu e se desenvolveu nos últimos anos e que será o melhor Estado da Federação para se viver nos próximos. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de fazer uma consideração a respeito do compromisso que todos nós, Deputados da Situação e da Oposição - todos -, temos com a verdade, compromisso com a prova do que estamos falando nesta tribuna. Farei um pronunciamento sobre publicidade.

Ouvimos aqui a Oposição alegar, consecutivas vezes, que o governo Aécio-Anastasia gastou R\$1.400.000.000,00 em publicidade, o que não é verdade. Ouvimos o Deputado Rogério Correia dizer que o governo Anastasia gastou, neste ano, mais R\$45.000.000,00 com publicidade, o que também não é verdade. Também ouvimos aqui leitura de carta anônima, e assim por diante. Então, precisamos trazer alguns fatos a esta tribuna para mostrar aos Deputados. Ontem tive oportunidade de falar, e os senhores ouviram, que está acontecendo aqui uma inversão da prova. Está na Constituição que o ônus da prova cabe a quem alega, e não a quem nega. Se chamo alguém de ladrão, preciso provar. Não é essa pessoa que deve provar ser inocente, eu é que tenho obrigação de provar, porque, se estou falando isso, sou responsável. Entretanto, aqui está acontecendo o inverso.

Mostrarei a V. Exas. alguns fatos. Vejam os senhores: o Deputado Rogério Correia, no dia 23 de março, disse o seguinte: “Também separei dois requerimentos de termos aditivos para aumento da verba de publicidade do governo do Estado, uma no valor de R\$37.500.000,00, com a MPM Populus, e outra no valor de R\$8.750.000,00, com a Publicidade Comunicação Integrada. Foram dois termos aditivos em início de governo, R\$45.000.000,00 a mais de publicidade”.

O termo aditivo a que se refere o Deputado não acrescenta nenhum valor financeiro aos contratos, apenas trata de alterações dos nomes dos órgãos - mudança de nomenclatura - a serem atendidas pelas agências na modificação determinada pela lei delegada.

“Nos sete primeiros anos, enquanto gastaram R\$1.400.000.000,00 só em publicidade” - alegação permanente da Oposição -, “sonegaram R\$4.000.000.000,00 da saúde”. Primeiro, esse valor não foi sonogado; é outra inverdade. Aquela importância que teria sido aplicada pela Copasa, por exemplo, na saúde, foi arrecadação da própria Copasa. O governo não precisava ter repassado esse valor. Vivem pesquisando, com alegações permanentes sobre essa questão.

“Nos primeiros sete anos - 2003 a 2009 -, o governo de Minas investiu exatos R\$344.667.413,93. Ou seja, cerca de um quarto do valor que aqui foi afirmado.

Se somados os investimentos...” Pularei essa parte, que entra em detalhes sobre o que acabei de falar. Evitarei detalhes, porque não há tempo.

Vejam V. Exas.: no mesmo período de sete anos - 2003 a 2009 -, o governo federal gastou em comunicação a milionária cifra de R\$14.299.000.000,00, ou seja, cerca de 2.000% a mais do que investiu o governo de Minas.

Podemos fazer também uma análise comparativa com o que gastaram com publicidade os outros Estados brasileiros. Chegaremos à conclusão de que Minas Gerais, em qualquer consideração que se faça, seja pelo PIB, seja pelo nosso número de Municípios - 853 -, seja “per capita”, está sempre em 14º, 15º lugar entre os gastos com publicidade de Estados brasileiros. E, na maioria dos casos, quem está na frente? Os Estados governados pelo PT e pelo PMDB, e temos provas disso. Vejam V. Exas., por exemplo, os valores gastos pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo governo federal e pelo governo de Minas “per capita”. Prefeitura de Belo Horizonte, quando o Prefeito era o Pimentel: R\$25.000.000,00; população: 2.258.000; “per capita”: R\$11,07; governo federal: R\$4,01; governo de Minas: R\$3,57.

V. Exas. estão vendo a verdade estampada em dados. Temos as fontes de tudo isso e podemos mostrá-las a quem quiser. Nosso tempo não é suficiente, mas estão todas aqui para serem mostradas a quem quiser. Valores “per capita” nos Estados, ou seja, os Estados que gastaram mais que Minas Gerais em publicidade: Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Sergipe, Santa Catarina, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Pará.

Se falássemos sobre o valor comparativo por orçamento do Estado, ocorreria a mesma coisa: Minas Gerais ocuparia o 12º lugar; se falássemos de valor comparativo de Estado por número de Municípios, Minas Gerais estaria em 13º lugar; se falássemos de valores de proporção do PIB, Minas Gerais ocuparia o 15º lugar.

Vejam V. Exas: o governo federal, conforme se falou, gastou todos esses bilhões. Esse dinheiro que o governo federal gastou com publicidade daria para construir 330 mil casas populares, com custo de R\$50.000,00 cada uma. É um valor muito próximo à soma do PIB de Amapá, Acre e Roraima ao mesmo tempo. Há ainda inúmeras outras contas que mostram que essa soma daria para tantas outras coisas, e esse governo fala que é voltado para o social. O governo federal do PT gastou com comunicação R\$2.168.000.000,00, só em 2010. Foram R\$6.000.000,00 por dia, o que corresponde a R\$250.000,00 por hora.

Concederei aparte a V. Exa., Deputado Sávio Souza Cruz, para que não fique de pé por muito tempo, pois isso é muito deslegante.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Gostaria de agradecer ao Deputado Bonifácio Mourão a gentileza da concessão do aparte, o que infelizmente não tem sido praxe dos Deputados da base durante esta legislatura. V. Exa., honrando a tradição democrática, até por sua longa passagem pelo PMDB, mantém firme suas convicções democráticas e crenças no debate e no diálogo para construir a verdade.

Deputado Bonifácio, os números que V. Exa. traz a respeito da publicidade oficial são precisos, mas, embora estejam precisos, não estão completos. Em Minas Gerais temos uma situação diferenciada. Hoje o governo do Estado não controla apenas publicidade da administração direta, segundo os dados trazidos por V. Exa. Os números, que nos levam a R\$1.400.000.000,00 e que incluem a administração indireta e as empresas, podem ser vistos em relatório oficial, publicados até mesmo pela insuspeita revista “Mercado Comum”, no mês de janeiro. A partir daí, atingimos essa cifra de R\$1.400.000.000,00. Porém, mais grave que o volume das verbas publicitárias é sua utilização para promover a censura em Minas Gerais, para promover as mordagens e para exigir a cassação de cabeças, ao vivo, de jornalistas, conforme ocorreu com o jornalista Jorge Cajuru, com o ex-Diretor da Rede Globo Minas e com um outro da Rádio Inconfidência. Quem quiser mais informações a respeito disso, sugiro digitar na internet, no Google, “Aécio Neves” ou “Andreia Neves”. Podemos ver também: “Censura em Minas Gerais”. Digitando isso na internet, terão informações de forma mais completa.

Para que possamos trazer aos mineiros a verdadeira informação, é necessário que tragamos os números corretos, como traz V. Exa., mas que eles estejam completos, como já disse. A publicidade da Cemig é amplamente controlada pelo governo do Estado, mas a da



Loteria Mineira, a da Codemig e a da Copasa estão sendo usadas para promover uma censura que é inédita e que ofende a tradição democrática de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço o aparte do Deputado Sávio Souza Cruz. Contudo, estou falando sobre os gastos totais do governo de Minas Gerais. V. Exa. está afirmando algo diferente. Assim, terá a obrigação de trazer as provas, como estou fazendo. Temos compromisso com a verdade. Estou trazendo as fontes que cito, que estão à disposição. É isso que precisamos fazer. Não podemos ficar falando pelo microfone vazio ou soltando inverdades pela televisão, porque fizemos um juramento. Essa é a verdade da qual estamos falando.

Continuando meu pronunciamento, vejam V. Exas.: o governo federal contratou mais de R\$2.000.000.000,00 em mídia, apenas por intermédio do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, em 2010. Pergunto a V. Exas.: isso é priorizar o social? Segundo o Ibope Monitor, a Caixa Econômica Federal comprou mais espaço publicitário que Coca-Cola, Fiat, Volkswagen, Ford, GM, Grupo Pão de Açúcar, TIM, Vivo e Oi juntas. Vejam V. Exas.: apenas a Caixa Econômica Federal. Enquanto isso, há mais de 300 Municípios em Minas Gerais que não têm Caixa nem Banco do Brasil.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, Deputado. Já que estamos discutindo esse assunto, considero oportuno trazer dois dados: primeiro, que o governo federal gastou, no período Lula, R\$16.500.000.000,00 com publicidade em administração direta e indireta; segundo, esta semana, relatório da Polícia Federal, órgão subordinado ao governo federal, que investigou e rastreou os recursos do chamado “mensalão”, que atinge diversas lideranças, principalmente do PT, comprova que houve recursos públicos abastecendo o “mensalão”, principalmente através de verba de publicidade do Banco do Brasil, do chamado Cartão Visanet. Só de lá, sem comprovação da prestação de serviço, foram adiantados à SMP&B R\$650.000.000,00 em verbas de publicidade, dos R\$16.500.000.000,00 do governo Lula.

Digo isso para talvez discutirmos o exagero de uma Caixa ou de um banco oficial gastar mais do que bancos da iniciativa privada. Também ficamos sabendo pela Polícia Federal - portanto, aqui não está falando a Oposição - que R\$650.000.000,00 de verba de publicidade do Banco do Brasil foram adiantados à SMP&B. No rastreamento, esse recurso saía direto para a conta dos que estão denunciados.

O segundo ponto que me chama a atenção e que também foi amplamente divulgado na mídia é que essa verba de publicidade é muito maior do que a do governo Fernando Henrique. Mas o que chama mais a atenção é que 40% dessa verba foi vinculado ao Presidente da República, mostrando claramente o uso da verba para promoção pessoal. Muito obrigada.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço o aparte da eminente Deputada Luzia Ferreira e peço que o Deputado Fred Costa espere só um minuto. Ainda quanto à palavra do Deputado Sávio Souza Cruz, quero dizer que oportunamente faremos também pronunciamento, nós ou um de nossos companheiros de sustentação do governo, sobre a questão da censura, a que tanto S. Exa. quanto a Oposição fazem referência. Há muita inverdade nesse sentido. Não podemos nos esquecer, por exemplo, de que o ex-Ministro José Dirceu, que faz parte de tanta coisa neste país, pediu a cabeça do Boris Casoy, que foi cortado da TV Bandeirantes quando ele evidenciava fatos como o mensalão e tantos outros. Depois demonstraremos essa questão aqui. Essas coisas precisam ser lembradas também. Antes de terminar, Deputado Fred Costa, queria citar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal gastam muito mais em publicidade do que Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander e assim por diante. Isso não é justo.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Bonifácio Mourão, parabeno-o pelo pronunciamento e agradeço-lhe por me conceder aparte. Fico muito apreensivo quanto a essas acusações, que considero levianas. Na medida em que a Oposição apresenta a questão da censura como algo que poderia ter ocorrido ou ocorre no Estado de Minas Gerais, algo que repudio e abomino, pois rechaço qualquer tipo de acusação nesse sentido, eles vão além, colocando em xeque a seriedade da imprensa de Minas, o que é inadmissível. Hoje mesmo deparei com duas competentes jornalistas, uma do “Hoje em Dia”, outra do “Estado de Minas”, que jamais se dispunham a fazer isso. Aliás, Minas é o Estado que tem em abundância jornalistas sérios e competentes. Então, aproveito esta oportunidade para felicitá-los e parabenizá-los. Só para concluir, Sr. Presidente, assim como V. Exa. citou o caso do Boris Casoy, jornalista renomado que foi perseguido pelas garras do governo federal, não podemos esquecer-nos que o Governador Zeca, do PT, foi denunciado, no passado, por ter jornalistas em sua folha de pagamento. Também não podemos nos esquecer de que o governo federal já tentou intervir, inclusive, no New York Times, um dos jornais mais conhecidos do mundo. Infelizmente, não disponho de mais tempo. Poderia discorrer aqui a respeito de outros tantos exemplos. Gostaria de saber com qual propriedade os membros da Oposição vêm aqui jogar pedra no telhado alheio se aqui podemos citar outros tantos casos. É mais fácil apedrejar do que admitir que o governo Aécio foi coroado de êxito e que o governo Anastasia tem apontado para o mesmo caminho. Prova maior desse êxito foram as urnas que, nada mais nada menos, fizeram Anastasia exercer o governo de Minas já no primeiro turno, com uma vitória bastante expressiva. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, mostramos aqui que o governo Aécio Neves-Anastasia gastou com publicidade R\$320.000.000,00 ao longo dos seus oito anos. Mas esse governo tinha de publicar alguma coisa mesmo, o Processo, por exemplo, que ligou 225 Municípios que não tinham ligações asfálticas; que quatrocentos e tantos Municípios mineiros não tinham telefone celular e hoje todos têm; que, na educação, por exemplo, - está ali o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é da Comissão e pode testemunhar isso - tirou o primeiro lugar nacional nas Olimpíadas de Matemática e também primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -; na leitura da criança aos oito anos de idade o Estado está com 86%, e o governo pegou em 49%; Minas Gerais foi o primeiro Estado brasileiro a colocar a criança de seis anos de idade na escola. Além disso, mais de 100 mil alunos de Minas Gerais já têm escola integral. Na área da saúde, há uma ambulância para cada Município do Estado. Há ainda muitos êxitos na área da segurança, no Pro-Hosp, além de tantas e tantas coisas. Esse governo tinha de publicar alguma coisa mesmo.

É mais do que natural que o eminente Senador Aécio Neves incomode tanto a Oposição. É claro que ela tem de ficar incomodada mesmo, porque esse governo Aécio-Anastasia fez, realmente, tantas e tantas obras, e o povo mineiro as reconheceu nas urnas. Já vêm mais obras aí com o governo Anastasia, e haveremos de falar sobre elas e debater com V. Exas. Muito obrigado.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados que, neste momento, participam desta reunião de plenário, quero, inicialmente, dizer que este ano, depois de alguns muitos anos, é a primeira vez, neste mandato, que venho a esta tribuna. Não foi nada programado, coincidência ou não, hoje está se dando o primeiro pronunciamento público no Senado Federal do Senador Aécio Neves. É claro que um pronunciamento de Aécio Neves, na atual conjuntura brasileira, merece uma reflexão por aqueles que o admiram e até por aqueles que deixam de admirá-lo, porque se trata de um pronunciamento de alguém que tem compromisso com a história, com o passado recente e também é colocado como opção para o futuro. Então, as circunstâncias são especiais. Este momento reserva para todos nós uma grande expectativa. Mas, como disse e repito, esta é a primeira vez que estou vindo a esta tribuna, neste mandato. Não estou estreando apenas a tribuna, mas também os óculos. Os óculos são uma companhia que a própria idade recomenda. Não é tão desejada assim, mas acaba sendo muito necessária em algumas circunstâncias. Para justificar a estreia dos óculos, nada melhor que trazer o pronunciamento escrito, para que os telespectadores ou os colegas que me ouvem neste momento tenham a certeza de que o exame foi bem feito, se estou conseguindo enxergar ou se alguma modificação deverá ser feita a médio ou a curto prazo.

Minha razão principal de estar aqui é para comemorar o PIB do agronegócio de Minas Gerais em 2010. Na origem, sou produtor rural, embora não tenha essa atividade como principal em minha vida, e tenho consciência de que o sucesso do agronegócio não acontece de um ano para outro nem por acaso, mas por uma circunstância de contribuições ao longo do tempo em pesquisas, estudos, avanços e tecnologia. Por essa razão, quando se comemora um acontecimento como esse não se comemora um ano ou dois de governo, mas comemora-se sim oito ou nove anos de governo continuado dentro de uma mesma filosofia de trabalho. O agronegócio mineiro mostra a força do Brasil ao mundo. O PIB do agronegócio mineiro atingiu R\$105.400.000.000,00 em 2010 e bateu o recorde histórico. O crescimento foi de 16,2% em relação a 2009. Portanto, verificamos que o gráfico está em escala crescente. O valor representa todas as riquezas geradas pela cadeia produtiva do agronegócio, incluindo a produção básica, insumos, distribuição e a agroindústria. A pesquisa também mostra que o PIB do agronegócio estadual passou a representar 12,8% do PIB do agronegócio brasileiro. Em 2009, a participação de Minas Gerais era de 11,6%, portanto o gráfico continua em ascensão. Os números fazem parte da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da USP, encomendada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e pela Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - Faemg. Nesta oportunidade, aproveito para registrar aqui a atuação do ex-Secretário Gilman Viana Rodrigues e do atual Secretário Elmiro Nascimento, além da participação efetiva da Faemg.

O Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Elmiro Nascimento, disse que esta foi a primeira vez que o PIB do agronegócio mineiro rompeu a barreira de R\$100.000.000,00, com recuperação das perdas diante da crise econômica mundial em 2009, melhorando a renda do produtor rural. O Presidente da Faemg, Roberto Simões, a quem me referi há poucos instantes, também destacou a recuperação de preços pagos ao produtor e a variedade do agronegócio mineiro. O Presidente disse que o excelente resultado do PIB do agronegócio mineiro em 2010 se deve à recuperação dos preços das "commodities", à competência dos produtores rurais e à diversificação do setor no Estado. O aumento da renda no campo é explicado pelo crescimento da produção mineira e pela alta dos preços provocada pela demanda internacional. Na pecuária, os principais destaques de 2010 foram a carne suína, o leite e a carne bovina, tanto na produção primária quanto na agroindústria. Segundo a pesquisa, o volume de carne suína processada registrou um crescimento de 3,1% e o aumento nas receitas das indústrias foi de 16,5%. Na pecuária leiteira, o aumento de renda do produtor foi de 16%; na indústria de lácteos, registrou ganhos com todos os principais produtos, como leite em pó, queijo e leite pasteurizado; já na bovinocultura de corte, a melhora dos preços pagos pelo boi elevou o faturamento dos pecuaristas. Caros colegas, essa é uma ótima notícia que deve ser comemorada por todo o setor produtivo do Estado. Estamos no caminho certo. Quando o agronegócio vai bem, toda a economia mineira se beneficia disso, com a geração de mais empregos e renda. Mais uma vez, meus parabéns aos produtores rurais mineiros, incansáveis batalhadores, que, mesmo diante das dificuldades, sempre mostraram superação e capacidade de recuperação.

Parabéns a todo o sistema do governo de Minas que tem atuado para dar aos produtores mineiros as condições técnicas para melhor se desenvolverem, como a Emater, a Epamig, o IMA, a Secretaria de Agricultura, as nossas universidades e os centros de pesquisas.

Conforme se verifica, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os números significam muito. O ânimo do produtor rural, que estava esmorecido pelas dificuldades que vinha enfrentando ano a ano, começa a ser retomado. Conforme disse, na minha origem como filho de produtor, meu pai sempre dizia algo que jamais esquecerei: "O mais importante na atividade do que faz não é apenas o resultado obtido, mas, sim, a esperança de continuar a tê-lo em outros certames e outras ocasiões".

Em razão disso, vejo que também nesse setor Minas Gerais está dando mostras aos mineiros e aos brasileiros de que pode avançar, crescer e fazer a grande diferença. Os setores que trabalham nesse segmento, como a Faemg, sabem perfeitamente dirigir as ações no intuito de, havendo crescimento na atividade agrícola e no agronegócio, haver automaticamente uma movimentação geral da economia, da indústria, do comércio, dos serviços e em todos os outros setores.

Portanto, é um momento importante da nossa história política e econômica. Neste instante há uma questão a ser observada. Não há sucesso de um povo se não houver um governo eficiente. Está caracterizado pelos números que há eficiência, competência e, sobretudo, compromisso com a causa pública no Estado de Minas Gerais.

Concedo aparte à Deputada Luzia Ferreira, minha companheira de partido, que certamente tem uma experiência longa e grande contribuição a dar neste momento em que apresenta números positivos do nosso Estado.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, Deputado Sebastião Costa, meu companheiro. V. Exa. está discorrendo sobre esse esforço imenso tanto do governo Aécio quanto do governo Anastasia para que haja crescimento econômico e fundamentalmente desenvolvimento econômico e social, que tem sido a marca desse governo. Quero reportar-me a uma pesquisa de um professor da Fundação Getúlio Vargas, que há aproximadamente 21 dias, no "Jornal Nacional", da Rede Globo, comparou o crescimento econômico de todos os Presidentes da República desde o início do século XX. Qual teria sido esse desempenho em termos do



crescimento econômico? Nessa avaliação-comparação, em todos eles... Para ressaltar o desempenho do Sr. Itamar Franco, nosso correligionário e grande homem, ex-Governador de Estado e ex-Presidente da República, atualmente Senador - aliás, está brilhando no Senado.

Há pouco falávamos sobre o volume de publicidade do governo federal, do governo Lula. Aos olhos de todos ficou como uma verdade, como se tivesse havido um “boom” econômico no governo Lula. No entanto, o que ele mostrou? Primeiro, o governo Lula é mediano e não está entre os primeiros em crescimento na história do Brasil. Segundo, pasmem os senhores, o período do governo Itamar Franco, apesar de toda a instabilidade política - aliás, todos sabem que ele assumiu após o “impeachment” do Collor -, obteve, na média, um crescimento econômico maior do que o do governo Lula.

Portanto, mais uma vez, parabênzo esse reconhecimento quanto ao esforço de Itamar Franco e da sua habilidade política, pois, na adversidade e na instabilidade política, ainda conseguiu garantir, além da consolidação democrática, que o Brasil retomasse e começasse esse ciclo virtuoso da estabilidade econômica com o crescimento. Não tive oportunidade de fazer esse registro antes, mas faço-o agora. Ele é nosso companheiro de partido e demonstra que está merecidamente no Senado pelo voto de milhares de brasileiros.

O Deputado Sebastião Costa - Quero agradecer à Deputada Luzia Ferreira e enfatizar a apresentação feita por ela. Quem fez a pesquisa não foi nenhum instituto político de orientação partidária, mas sim uma pessoa com absoluta isenção, que constatou, pelo período pequeno de governo que teve, na proporção dos anos que governou, o crescimento de quase 5% naquela oportunidade; sendo que com outros, que alardearam tanto, não passou de 4% na sua média dos oito anos. Portanto, a consideração que a Deputada acaba de fazer é importante, vem ao encontro do tema que estamos abordando, porque o crescimento econômico ajuda a diminuir as diferenças sociais. Muito obrigado.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Sr. Presidente, prezados colegas, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, falarei a respeito de três leis publicadas no Município de Belo Horizonte no início deste ano - todas elas de nossa autoria -, porém demonstrando a preocupação do Prefeito com alguns temas que entendemos muito importantes.

No período de um mandato e meio, na Câmara de Belo Horizonte, aprovamos projetos de leis que se transformaram em aproximadamente 140 leis municipais. E agora, nos meses de fevereiro e março, o Prefeito aprovou a Política Municipal do Livro, que incentiva a leitura, o consumo e a produção do livro, na cidade de Belo Horizonte, assim como sancionou a lei que trata da circulação dos veículos de tração animal no Município. Essa lei foi uma conquista da cidade, das pessoas que se preocupam com os animais. Trata-se de uma lei trabalhada, com discussão durante três a quatro anos, com debates e conversas, para que tivéssemos instrumentos que realmente levassem para o Município de Belo Horizonte condições adequadas para esse trabalho, em geral feito por meio dos carroceiros com suas carroças. Essa é uma lei que regula, que autoriza a circulação de carroças na cidade e que exige condições de trabalho e de saúde do animal que presta esse serviço. Por quê? Porque vemos muito hoje na cidade animais maltratados, que não têm condições de saúde adequadas para puxar o peso colocado na carroça, que estão mal-alimentados. Então, essa lei obriga que se identifiquem as condições do animal, que seja adequadamente ferrado, alimentado, que tenha idade laboral, ou seja, passe a trabalhar apenas a partir dos três anos de idade. O veículo de tração animal também deverá obedecer ao Código de Trânsito Brasileiro e ao Contran; deverá ter horário de trabalho, de segunda a sábado, exceto aos domingos e feriados, que são dias de descanso do animal; e o animal deverá ter assistência veterinária constante. Essas são conquistas da sociedade belo-horizontina, das pessoas que estão na linha de frente na luta de proteção aos animais. Mas são conquistas que têm sido lentas nos últimos anos.

Belo Horizonte, na questão dos cães, evoluiu grandemente, principalmente no caso daqueles animais que estão nas ruas da cidade. Já não se mata mais a quantidade de cães que se matava há alguns anos. Hoje há um tratamento adequado. Para o cão que está adoentado, que não tem condições de recuperação, há a eutanásia. Os demais recebem um pequeno “chip” que os identifica. Eles são levados para a adoção por pessoas da cidade ou devolvidos ao “habitat” deles, naquela região, naquele bairro, onde circulavam. Essa foi uma grande vitória das pessoas que defendem os animais. Hoje os animais de rua, como não são sacrificados, são castrados. Isso também é uma conquista importante.

A proibição, em Belo Horizonte, de animais em circo é outro avanço. Mas ainda são poucos os avanços. Essa lei do Prefeito de Belo Horizonte - aproveitamos para parabenizá-lo por sua visão e seu entendimento do assunto - dá mais um passo, é mais um degrau que alçamos, mas ainda não soluciona totalmente o problema. Entendo que, com a fiscalização que se pretende fazer no Município de Belo Horizonte, teremos melhores condições. Teremos, por exemplo, uma boa solução para a questão do lixo que é clandestinamente jogado nas esquinas, nos lotes vagos, por pessoas que, às vezes, não têm condições de desempenhar esse trabalho e utilizam carroças. Na última semana, o Prefeito também sancionou a Política Municipal de Mobilidade Urbana. Pela primeira vez, tanto em Belo Horizonte como em vários Estados do Brasil, passa-se a ter uma lei com princípios básicos que proporcionam acesso amplo e democrático ao espaço urbano. As pessoas passam a ter acessibilidade pelos meios de transportes colocados à disposição da população; direito de acesso aos espaços públicos que usamos no dia a dia. O espaço público passa a ser garantido em lei como um bem comum, um bem de todos nós. A pessoa passa a ter, por meio dessa lei, o direito de se deslocar e usufruir da cidade, com sustentabilidade nas ações e nos deslocamentos. Isso faz com que tenhamos um princípio que temos discutido nos últimos anos, a acessibilidade universal, que é o direito amplo de todas as pessoas, do cidadão comum, mas especialmente do deficiente, do idoso e de todas as pessoas que tenham dificuldade de mobilidade. Então, por essa lei, a pessoa passa a ter segurança na sua locomoção. E o Município, no caso Belo Horizonte, passa a ter de fazer a integração entre as formas, os modos de transporte dentro da cidade, priorizando o transporte coletivo e o não motorizado. Aí está um primeiro ponto essencial e importante. Pela primeira vez, é estabelecido na lei que se priorize o transporte por bicicleta, a pé e por coletivo, em detrimento do transporte individual motorizado.

Essa é a visão do Prefeito da nossa cidade. O Prefeito de Belo Horizonte passa a querer cumpri-la a partir de agora. E, para alcançar esses objetivos, a lei traz um instrumento jurídico importante: cria o Plano Diretor de Mobilidade. Essa lei define regras para que, em um debate em Belo Horizonte, na nossa cidade, com a participação da Câmara, se monte um plano diretor de mobilidade, que trate das questões dos passeios, das vias públicas e sua manutenção.



Temos um assunto muito importante que afeta Belo Horizonte. Os vereadores têm uma demanda crescente: os pedidos para se asfaltarem vias calçadas. Às vezes, são vias com calçamento em boas condições, mas a população pede, exige que elas sejam asfaltadas. Por que isso, Deputado Célio Moreira, que foi Vereador na cidade e conhece essa demanda? É porque os nossos parceiros não têm condições de trafegar. Seja mulher, seja idoso, seja adulto. O passeio é cheio de obstáculos e não oferece condições para caminhadas. Portanto, por meio dessa lei, a Prefeitura estará empenhada nesse trabalho para melhorar a situação dos passeios e, talvez, apresentar uma decisão em relação à escolha de asfaltar ou não as ruas calçadas em Belo Horizonte. Realmente o calçamento é o local onde a pessoa anda na via pública. No entanto, cria-se um problema ambiental grave, que é a impermeabilidade do solo no local asfaltado e o aquecimento do microsistema lá existente.

Esse plano diretor da acessibilidade também criará áreas de acesso restrito e áreas de acesso controlado em nossa cidade. Certamente começará a ser discutido, nos próximos anos, o problema do excesso de veículos na região central de Belo Horizonte. Essa é uma medida que terá de ser discutida, e tenho certeza de que esse plano diretor poderá tratar desse assunto.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Cumprimento o nobre Deputado Anselmo José Domingos, que foi meu colega na Câmara Municipal de Belo Horizonte, onde estive durante dois mandatos e meio. Na verdade, o discurso de V. Exa. remonta à importância que a Câmara Municipal de Belo Horizonte tem para esta cidade. É uma casa de debates, onde se elaboram as leis, além de disciplinar, em muitos casos, as atividades diversas na cidade, a exemplo do Código de Posturas. Outra atividade que também foi regulamentada pela Câmara Municipal foi a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que freou naturalmente o crescimento desembestado do setor de construção civil nesta cidade. Tive a grata satisfação de ser companheiro e colega de V. Exa. na Câmara Municipal e vi a dedicação e competência com que atuou nos debates e também na elaboração de diversas leis. Como V. Exa. disse, foram 104 leis apresentadas por V. Exa., um dos Vereadores que mais apresentou projetos de lei, que foram aprovados também aqui na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Tenho certeza de que sua atuação nesta Casa também terá ampla produtividade e que promoveremos excelentes debates, agora no âmbito estadual. Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo seu discurso.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Muito obrigado, Deputado Carlos Henrique. Vimos também, nessa lei sancionada pelo Prefeito, um assunto para ser discutido e ações para serem implementadas no Município de Belo Horizonte. Por exemplo, temos estações de metrô em vários locais da cidade. Entretanto, várias estações de metrô aqui situadas não têm estacionamentos dissuasórios, a fim de que as pessoas deixem seus veículos lá. Portanto, elas têm uma limitação no tocante ao uso do metrô dentro da cidade de Belo Horizonte.

Esse plano diretor de mobilidade também permitirá que se integrem esses vários modos de transporte em Belo Horizonte. O metrô desta cidade foi idealizado na década de 1980 e sua modernização se arrasta há muito tempo, de modo que já precisa ser modernizado e ampliado. Não se pensou em integrar o metrô ao resto da cidade com o uso que a pessoa faz no deslocamento de uma região para outra. Portanto, nessa lei também é colocada a questão dos estacionamentos dissuasórios.

Para finalizar, a lei também prioriza isso. Sabemos que o poder público tem dificuldades, pois tem de trabalhar dentro de um orçamento, mas o plano prioriza algumas áreas para serem trabalhadas dentro da nova visão de que todas as pessoas tenham os mesmos direitos de mobilidade no Município de Belo Horizonte, direito esse ainda não exercido plenamente. Não falo apenas das pessoas que têm mobilidade reduzida, dos deficientes, dos idosos ou das mulheres com crianças de colo, mas todos nós temos muita dificuldade hoje de trafegar em Belo Horizonte, em qualquer um dos nossos meios de transporte. Então precisamos de uma nova visão, que está sendo dada por meio dessa lei sancionada: prioridade para o transporte coletivo e para o transporte individual não motorizado. Muito obrigado a todos, e esperamos que essa lei seja cumprida.

O Deputado Celinho do Sinttrocel* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham das galerias, senhoras e senhores telespectadores que nos assistem por toda Minas Gerais por meio da TV Assembleia, senhoras e senhores servidores e funcionários desta Casa, boa tarde. Venho a esta tribuna no Grande Expediente para apresentar parte da caminhada que nos delegou o exercício deste mandato de Deputado Estadual pelo Partido Comunista do Brasil na 17ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na oportunidade, também apresentarei alguns parâmetros de minha ação parlamentar, fixados a partir de minhas convicções e experiências. Ciente de minhas responsabilidades e disposto a honrar a trajetória que nos trouxe até esta Casa, é com muita satisfação que faço uso da palavra.

Antes, porém, agradeço a cada um daqueles que, em cada parte do Estado, com sua dedicação e esforço pessoal, contribuiu de forma direta ou indireta para que eu pudesse conduzir este mandato. A todas e a todos, o meu mais sincero e fraterno abraço. Aproveito a oportunidade para convidá-los a construirmos juntos um mandato popular e participativo.

Estou Deputado, sou rodoviário e sindicalista, condições que não abandonei e nem abandonarei. Comecei minhas atividades políticas no Movimento Sindical do Vale do Aço. Fui Diretor e atualmente estou licenciado do cargo de Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Coronel Fabriciano - o nosso Sinttrocel -, que, com muito orgulho, carrego em meu nome parlamentar. Sou Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores Rodoviários de Minas Gerais - Fetrominas -, presidida por um lutador pelos direitos dos trabalhadores e, acima de tudo, um grande amigo e conselheiro leal de todas as horas, José Theodoro Guimarães. Exerço o cargo de Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, presidida, em Minas Gerais, pelo incansável e desprendido Antônio da Costa Miranda. Também sou Diretor da Associação Gestora dos Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Minas Gerais - Astromig -, organização não governamental, dirigida pelo companheiro de antigas e novas jornadas, Hamilton Dias de Moura.

Tenho consciência de que minha eleição se deu pelo compromisso firmado com as classes trabalhadoras de Minas Gerais, em especial, os rodoviários, e com a minha região, o Vale do Aço.

A categoria rodoviária nunca havia ocupado uma cadeira na Assembleia, e hoje o movimento sindical e outros segmentos do mundo do trabalho vêm perdendo espaço nesta Casa. E o Vale do Aço enfrenta grandes dificuldades e precisa encontrar soluções que requalifiquem seu lugar no cenário estadual. Isso só amplia, em muito, a nossa responsabilidade. A campanha que me elegeu se



pautou pela firme determinação de impedir que o País vivesse um retrocesso e que as vitórias do povo brasileiro, conquistadas nas lutas populares ao longo da última década, refluíssem.

No Vale do Aço, fui o único Deputado Estadual eleito que esteve engajado, decisivamente e desde o primeiro momento, na eleição da Presidente Dilma Rousseff. Hoje, na base de apoio e sustentação de seu governo em Minas Gerais, pautarei minha ação parlamentar em defesa de um país soberano e democrático, mais justo, que atenda às necessidades imediatas e históricas das grandes majorias nacionais e abra canais de participação popular.

É preciso colocar os interesses nacionais e do povo em primeiro lugar. Tenho confiança de que a Presidente Dilma e as forças avançadas que a apoiam buscarão este caminho. O País necessita de uma economia forte, que cresça distribuindo renda, poder e conhecimento. O compromisso histórico de eliminar a miséria, renovado com a eleição da Presidente, tem de passar, sobretudo, pela valorização do trabalho, das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros. Justamente por isso, não podemos e não vamos aceitar o jogo do capital financeiro monopolista, que parasita em torno de altos juros e trava o desenvolvimento do Brasil. Vamos seguir defendendo a redução dos juros, a ampliação de investimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a valorização dos salários, em especial do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, o fim do fator previdenciário, a reforma agrária antilatifundiária, a regulamentação dos direitos sindicais e trabalhistas dos servidores públicos, o fim do trabalho escravo e tantas outras medidas urgentes e essenciais para um combate permanente e duradouro à pobreza e à exploração desmedida da classe trabalhadora.

Em Minas, junto com meu partido, estou perfilado às forças democráticas e populares que se colocam em oposição ao governo estadual. Na Assembleia, junto com o camarada Carlin Moura, integramos o Bloco Minas sem Censura. Assim, vou me empenhar com afinco para que os rumos atuais sejam alterados, para que Minas Gerais retome as suas mais belas tradições democráticas e volte a ouvir o contraditório e valorizar o debate político. Minas precisa voltar a se rebelar contra as injustiças e ter como seu segundo nome a palavra liberdade. Lutaremos para que nas Minas e nos Gerais passem a falar mais alto os direitos daqueles que constroem com o suor de seu rosto toda a riqueza de nosso Estado.

Antes de procurar as razões do crescimento do PIB do Estado é preciso responsabilizar a quem de direito: os homens e as mulheres que trabalham, longe dos tapetes oficiais, diuturnamente, na produção, em empresas na cidade e no campo, no transporte e nos serviços públicos e privados. Eles, acima de quaisquer outros, merecem nosso respeito, nossa admiração e nossas homenagens. Sem eles, não se pode falar em crescimento de Minas. Por isso, nossos compromissos aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais são, prioritariamente, com os interesses do povo e com a nossa região do Vale do Aço.

Recentemente, foi anunciado um crescimento do PIB mineiro de 10,4%. Não há momento melhor que este para, junto com as comemorações, discutirmos a distribuição de renda no Estado e colocar Minas no roteiro de combate à miséria.

O primeiro projeto que apresentei foi o do piso salarial regional. A proposição institui faixas salariais que se agrupam a partir das categorias profissionais. Alguns governos e Assembleias estaduais debateram o assunto e já foram implementados pisos regionais no Paraná, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo. Nesses Estados, relatórios de diversos órgãos evidenciam os impactos positivos do piso regional no mercado de trabalho e na economia como um todo. Verificamos, por exemplo, que, após a implantação do piso regional, cresceram as admissões com remunerações mais próximas ao piso e diminuíram aquelas com remunerações próximas ao salário mínimo. A proposta tem dois objetivos principais: melhorar as condições de vida dos trabalhadores que recebem salário mínimo e fortalecer o mercado interno, potencializando o desenvolvimento de Minas Gerais. Ademais, o piso salarial regional incorporará nosso Estado ao esforço nacional de combate à pobreza, já anunciado pelo governo federal e repetido pelo governo estadual. A aprovação desse projeto de lei é uma política de Estado, e não de governo. Portanto não pode se tornar uma queda de braço entre o governo e a Oposição. Ao contrário, ao nosso lado, queremos todos os que se dispõem a combater a miséria e a valorizar o trabalho em nosso Estado.

Como todo o País, o Vale do Aço sofre os efeitos da crise internacional capitalista, agravados pela inexistência de planejamento e dedicação dos governos estaduais à região nas últimas décadas. A economia não foi diversificada e não foram oferecidas alternativas para a região. Hoje, por exemplo, quando empresas como a Usiminas e a Acelor Mittal, atual Aperam, anunciam redução de investimentos e promovem demissões, vivemos a ameaça de desestruturação. Já passou da hora de se realizarem planejamentos de curto, médio e longo prazos que atendam às necessidades da população e garantam um desenvolvimento socioeconômico baseado numa industrialização diversificada e em cidades mais harmoniosas. O Vale do Aço precisa e merece esforços governamentais em todos os níveis para solucionar seus problemas e impasses. A única região metropolitana de Minas Gerais, fora da Capital, que exige mudanças urgentes que garantam vida digna para nós, nossos filhos e para as futuras gerações... De minha parte, comprometo-me a dar o melhor de mim para realizarmos esse sonho. No caminho do Vale do Aço, é preciso enfrentar o pesadelo da BR-381, que assusta, mutila e ceifa vidas diariamente. No Vale do Aço não há uma única universidade pública, não há um só hospital público, e a saúde de suas cidades está muito mal.

Coronel Fabriciano, por exemplo, vive dificuldades imensas na área da saúde; ao lado de discussões sobre seu funcionamento, a saúde implora medidas emergenciais. Nossa Coronel Fabriciano precisa se afastar da lógica de cidade-dormitório. A cidade berço do Vale do Aço clama por um desenvolvimento erguido sobre pilares importantes, como qualidade de vida, respeito à população, incremento à cultura local, multiplicação de perspectivas para os idosos, adultos e jovens, além da valorização da segurança e do bem-estar públicos.

No meu primeiro mandato, quero aprender todos os dias com os nobres Deputados e com a luta cotidiana do nosso povo. Antes de encerrar este pronunciamento, é imperativo citar, agradecido, o nome de pessoas mais próximas a mim, que moldaram as minhas opiniões, inspiraram-me e construíram comigo uma trajetória. São pessoas que me acompanharam e me deram força em todos os momentos de minha vida: meus amigos e meus colegas de profissão, a militância do Movimento Sindical Popular e do Vale do Aço, meu pai, José Lucílio Alvarenga, minha mãe, D. Carmelita Alvarenga, minha querida esposa, Carmen Lúcia, meus filhos e Deus, que nos protege e há de nos iluminar. Obrigado pela atenção de todos e até breve.



* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Romeu Queiroz

exonerando Débora Vieira Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando Fábio Tadeu dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;
nomeando Renato Reis para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Roberta Rodrigues Oliveira Paula para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Stephanie Michele Gomes Sant' Ana para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

nomeando Honorio Jose de Lacerda para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.
Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Débora Vieira Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;
nomeando Fábio Tadeu dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2011****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 17/2011**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/4/2011, às 1430min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição e instalação de duas unidades de arquivamento do tipo biblioteca de fita robotizada.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas. Vigência: 25/1/2011 a 25/6/2011. Objeto do aditamento: substituição de seguro. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**(Constituição Estadual, art. 73, § 3º, incluído pela EC nº 61, de 23/12/2003)****Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1º TRIMESTRE DE 2011**

Cargo/Função	JANEIRO		FEVEREIRO		(Em reais) MARÇO		Total Trimestre	Qtde Média
		Qtde		Qtde		Qtde		
Membros do Poder	1.212.755,82	84	3.492.106,22	84	1.836.765,05	83	6.541.627,09	84
Efetivos	15.024.293,15	1.139	13.753.672,42	1.133	13.710.149,40	1.128	42.488.114,97	1.133
Cargo de Recrutamento Amplo	9.849.516,68	2.261	9.466.901,12	2.153	9.906.007,86	2.229	29.222.425,66	2.214
Inativos	14.323.409,38	936	13.768.854,80	939	13.771.667,82	943	41.863.932,00	939
Pensionistas	119.031,14	18	114.808,09	18	114.808,09	18	348.647,32	18
SUBTOTAL	40.529.006,17	4.438	40.596.342,65	4.327	39.339.398,22	4.401	120.464.747,04	4.389
Patronal	3.926.325,25		4.342.363,01		4.056.103,29		12.324.791,55	



TOTAL	44.455.331,42	44.938.705,66	43.395.501,51	132.789.538,59
-------	---------------	---------------	---------------	----------------

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: 3.1.90.92

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2011

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

Agência	Janeiro	Fevereiro	Março	Trimestre	(Em reais)
Asa Comunicação Ltda	402.168,61	275.342,72	53.338,40	730.849,73	
Tom Comunicação Ltda	12.164,25	243.555,45	0,00	255.719,70	
TOTAIS	414.332,86	518.898,17	53.338,40	986.569,43	

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Asa Comunicação Ltda	730.849,73	730.849,73	766.412,03
Tom Comunicação Ltda	255.719,70	255.719,70	255.719,70
TOTAL GERAL NO 1º TRIMESTRE/2011	986.569,43	986.569,43	1.022.131,73

Nota: o valor de R\$35.562,30, em favor do credor Asa Comunicação Ltda, inscrito em “Restos a Pagar Processados”, foi pago em janeiro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário.